



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

1.º RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

Junho de 2017

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

**PLANO DIRETOR MUNICIPAL
DE CONSTÂNCIA**

1.º RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

Junho de 2017

Na capa:

- (1) Constância – Capela de Sant' Ana;*
- (2) Constância – Festa de N. Sr.ª. da Boa Viagem;*
- (3) Constância – Ponte sobre o Zêzere;*
- (4) Constância – Janela Tradicional;*
- (5) Constância – Centro Histórico;*
- (6) – Constância – Rua do Arco;*
- (7) Constância - Decoração da Rua do Arco na Festa de N. Sr.ª. da Boa Viagem*
- (8) Casal do Montalvo – Olival*
- (9) Santa Margarida – Edifício com Interesse*
- (10) Portela – Conjunto com Interesse.*

EQUIPA TÉCNICA

Coordenação

Manuela Lopes | Arquiteta | Divisão Municipal de Serviços Técnicos

Compilação e tratamento de indicadores, dados estatísticos e informação geográfica

Luís Reis | Geógrafo | Prestação de serviços contratualizada

Colaboração

Gonçalo Germano | Engenheiro do Ambiente e Biológica | Presidência - Proteção Civil e Segurança

Marina Abreu | Engenheira do Ambiente e Biológica | Prestação de serviços contratualizada

Filipa Gomes | Engenheira de Proteção Civil | Prestação de serviços contratualizada

Tiago Lopes | Engenheiro de Ciências Ambientais | Unidade de Serviços Sociais, Saúde, Educação, Cultura, Desporto e Turismo

Sandra Santos | Educadora Social | Unidade de Serviços Sociais, Saúde, Educação, Cultura, Desporto e Turismo

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

INDÍCE

INTRODUÇÃO _____	7
ENQUADRAMENTO LEGAL _____	9
METODOLOGIA _____	10
FCD - SISTEMAS ECOLÓGICOS E BIODIVERSIDADE _____	13
Objetivos de sustentabilidade _____	13
FCD - QUALIDADE DO AMBIENTE _____	15
Objetivos de sustentabilidade _____	15
FCD - DESENVOLVIMENTO HUMANO _____	18
Objetivos de sustentabilidade _____	18
FCD – PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO _____	21
Objetivos de sustentabilidade _____	21
FCD – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO _____	22
Objetivos de sustentabilidade _____	22
FCD - RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS _____	23
Objetivos de sustentabilidade _____	23
FCD - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL _____	25
Objetivos de sustentabilidade _____	25
FCD – GOVERNANÇA _____	28
Objetivos de sustentabilidade _____	28
AVALIAÇÃO DOS FCD _____	29
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PDM _____	34
Nível de execução do PDM - Projetos e intervenções _____	34
Execução do PDM - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão _____	37
RECOMENDAÇÕES _____	39
Medidas por FCD _____	39
BIBLIOGRAFIA _____	43

Fontes bibliográficas	43
Legislação consultada	43
<i>Links</i>	44
Referências a fontes de dados	44

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Enquadramento do Concelho e das Freguesias de Constância	8
Figura 2 - Nível de Execução do PDM no 1.º ano de vigência	36
Figura 3 - Localização das UOPG e identificação das respetivas prioridades de execução	38

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – FCD - Sistemas ecológicos e biodiversidade	14
Quadro 2 – FCD - Qualidade do ambiente.....	16
Quadro 3 - FCD - Desenvolvimento humano.....	19
Quadro 4 - FCD – Património construído	21
Quadro 5 - FCD – Ordenamento do território	22
Quadro 6 - FCD - Riscos naturais e tecnológicos	24
Quadro 7 - FCD - Desenvolvimento económico local	26
Quadro 8 - FCD – Governança	28
Quadro 9 - Programa de Execução – Equipamentos, Habitação, Espaços Verdes, Turismo e Rede Rodoviária.....	34
Quadro 10 - Execução - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão.....	37

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

INTRODUÇÃO

A 1ª revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Constância, publicada na II Série do Diário da República a 2 de setembro de 2015 (Aviso n.º 100012/2015), entrou em vigor a 21-03-2016, na sequência da produção de efeitos da Portaria n.º 46/2016, de 18 de março, que aprovou a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Constância, tendo portanto recentemente concluído o seu 1.º ano de vigência.

A Declaração Ambiental (abril de 2016) aprovada por unanimidade de acordo com a deliberação camarária datada de 05-05-2016, integra o resultado final da ponderação das questões suscitadas na Discussão Pública, dos diversos pareceres das entidades consultadas e das retificações efetuadas à proposta final do Plano no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), identificando ainda a forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados no Plano e definindo as medidas de controlo e monitorização da implementação do PDM.

Para se proceder à avaliação e controlo contínuo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do Plano, durante a sua vigência, é necessário verificar a adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

Assim o presente documento visa dar resposta ao preconizado no Artigo 11.º (Avaliação e controlo) do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas n.ºs 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, designadamente proceder à recolha, tratamento e análise da informação associada aos diversos indicadores identificados na Declaração Ambiental do PDM, reportada, sempre que possível, a 2017, apresentando as tendências de evolução nos mais variados domínios, evidenciando deste modo o grau de execução do PDM.

Este Relatório enceta igualmente um processo de acompanhamento sistemático, capaz de monitorizar as dinâmicas registadas no território concelhio, que influenciam

não só as condições ambientais e a sustentabilidade do território, mas também o seu desenvolvimento e crescimento económico, a melhoria das condições de vida da população residente, e o apoio à decisão política e respetivas medidas de intervenção, promovendo o acompanhamento regular do exercício das atividades previstas e a articulação com a estratégia de desenvolvimento municipal.

Os resultados do controlo devem ser comunicados à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), e divulgados pelo Município através de meios eletrónicos, atualizados com uma periodicidade mínima anual, em conformidade com o previsto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual.

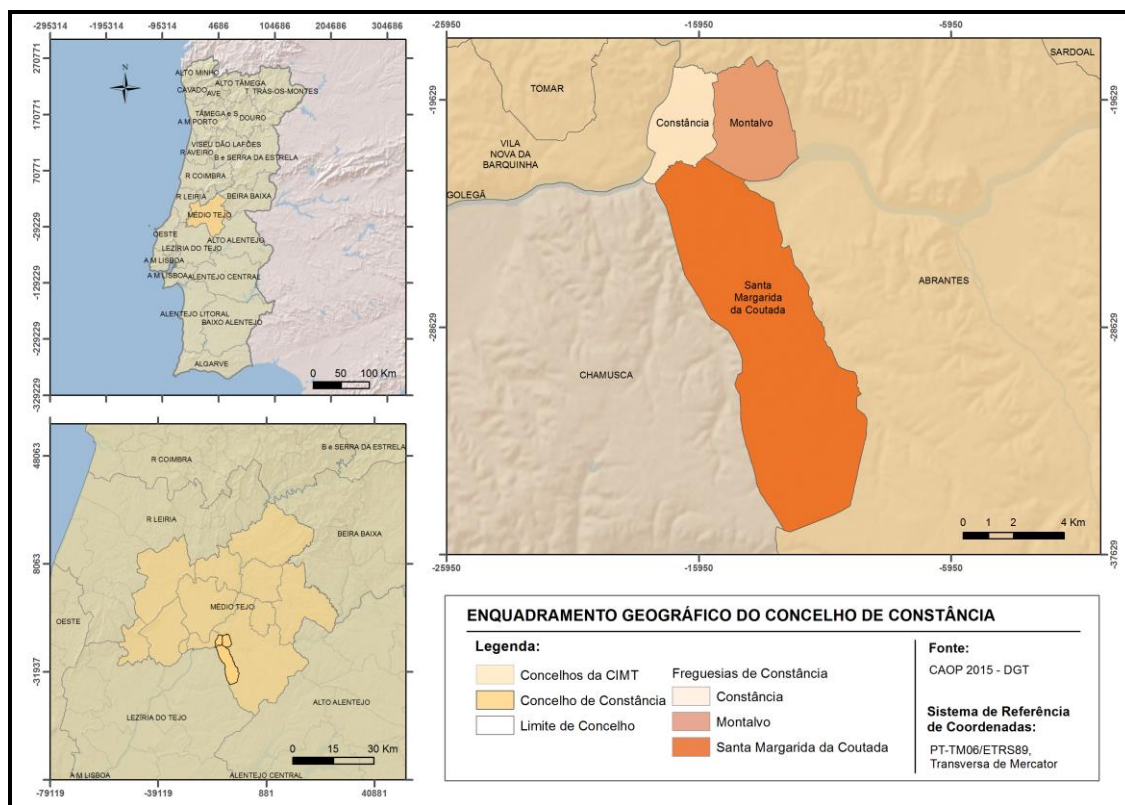


Figura 1 - Enquadramento do Concelho e das Freguesias de Constância

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

ENQUADRAMENTO LEGAL

Conforme é mencionado no diploma que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos seus efeitos no ambiente, *“...a avaliação ambiental de planos e programas pode ser entendida como um processo integrado no procedimento de tomada de decisão, que se destina a incorporar uma série de valores ambientais nessa mesma decisão. Mais precisamente, a avaliação ambiental de planos e programas constitui um processo contínuo e sistemático, que tem lugar a partir de um momento inicial do processo decisório público, de avaliação da qualidade ambiental de visões alternativas e perspectivas de desenvolvimento incorporadas num planeamento ou numa programação que vão servir de enquadramento a futuros projectos, assegurando a integração global das considerações biofísicas, económicas, sociais e políticas relevantes que possam estar em causa.”*¹.

Como já foi referido este Relatório de Monitorização reporta-se exclusivamente ao preconizado no Artigo 11.º (Avaliação e controlo) do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, não possuindo portanto a ambição de um *Relatório sobre o estado do ordenamento do território* (REOT) que, tal como o definido no n.º 3 do Artigo 189.º (Relatórios sobre o estado do ordenamento do território) do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, deve ser elaborado pela câmara municipal de quatro em quatro anos, e submetido à apreciação da assembleia municipal. Os REOT, nos termos do n.º 4 do mesmo artigo, *“...traduzem o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão”*.

No âmbito da avaliação ambiental do PDM, que obriga a uma monitorização anual, considerou-se pertinente a elaboração do presente Relatório, de forma a avaliar e monitorizar o desempenho dos vários indicadores, as ações e objetivos implementados e o grau de concretização dos mesmos, favorecendo, assim, o desenvolvimento da programação estratégica anual do município.

¹ Extrato do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

METODOLOGIA

A Avaliação Ambiental da 1.^a Revisão do PDM de Constância foi suportada em oito vetores principais, considerados Fatores Críticos para a Decisão (FCD), na medida em que os mesmos foram considerados decisivos para o desenvolvimento da análise.

Os FCD considerados são:

- Sistemas ecológicos e biodiversidade – inclui as questões relacionadas com ecossistemas e habitats, áreas classificadas e paisagem;
- Qualidade do Ambiente – compreende a proteção do solo, qualidade da água, qualidade do ar, ambiente sonoro, alterações climáticas;
- Desenvolvimento humano – aborda a temática da população e infraestruturas;
- Património construído – inclui o património arquitetónico e arqueológico;
- Ordenamento do Território – compreende o uso e ocupação do solo e os instrumentos de gestão territorial;
- Riscos naturais e tecnológicos – inclui os incêndios florestais, erosão dos solos e cheias;
- Desenvolvimento económico local;
- Governança.

Os FCD tomam em consideração o Quadro de Referência Estratégico definido, bem como as questões ambientais referidas na alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho, sobre as quais se considerou a possibilidade de ocorrência de efeitos significativos: a população, a saúde humana, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os bens materiais, o património cultural, a paisagem, a biodiversidade, os fatores climáticos e a fauna.

A Avaliação Ambiental efetuada permitiu, ainda, estabelecer um conjunto de diretrizes de seguimento e respetivas recomendações para cada FCD, com o objetivo de integrar as considerações ambientais no planeamento e implementação do Plano. Assim, neste Relatório propomo-nos avaliar e monitorizar a implementação do PDM de

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

Constância, tendo por base esse sistema de indicadores e a sua aferição considerando os fatores ambientais e socioeconómicos mais relevantes tendo em conta as questões estratégicas do Plano que são:

- Fortalecer as condições para a competitividade, inovação e empreendedorismo;
- Proteção e valorização do território concelhio, ao nível dos recursos naturais, culturais e patrimoniais (especial enfoque na estrutura ecológica urbana);
- Aproveitamento das potencialidades naturais, patrimoniais e culturais para o desenvolvimento de um turismo ambientalmente sustentável e economicamente atrativo;
- Reforço da coesão social e territorial;
- Desenvolver, reforçar e complementar redes de infraestruturas, acessibilidades e mobilidade;
- Hierarquização do sistema urbano e reforço da sede de concelho no contexto sub-regional;
- Definição das características do ordenamento em solo rural e urbano, delimitando o perímetro urbano e áreas urbanizáveis para conter o modelo de povoamento difuso e salvaguardar as áreas sensíveis, do ponto de vista natural e regulamentar;
- Eficiência da governança.

Considerando cada FCD, em função dos objetivos de sustentabilidade, foram identificados os indicadores e elaborou-se um quadro com a unidade de medida, periodicidade de análise dos dados, valor de referência à data da entrada em vigor do PDM e valor atual (se aplicável) especificando sempre que possível a data da informação em ambas as alturas, ou tendência de evolução futura e, fonte da informação, tendo-se recorrido, sempre que possível e quando a Câmara Municipal de Constância (CMC) não possuía nos seus registos essa informação, a fontes de informação fidedignas, tais como o Instituto Nacional de Estatística (INE), designadamente os dados dos Censos 2011, ou outros organismos oficiais, devidamente identificados.

A análise à evolução ocorrida relativamente a cada um dos indicadores selecionados é ilustrada recorrendo aos seguintes símbolos de identificação das tendências observadas, que assumem as cores vermelha ou verde consoante se trate de uma evolução considerada positiva ou negativa. Sempre que se considere o sentido evolutivo sem grande significado ou influência, é mantida a cor preta:

- ↗ Incremento
- Evolução estável
- ↘ Decréscimo
- Sem informação disponível

FCD - SISTEMAS ECOLÓGICOS E BIODIVERSIDADE

Objetivos de sustentabilidade

- Evitar a fragmentação de habitats e estabelecer corredores verdes que mantenham a sua conectividade, promovendo as deslocações de espécies;
- Preservar e valorizar os ecossistemas, de forma a manter a integridade das suas funções ecológicas;
- Proteger, promover a valorização e assegurar a conservação de áreas com especial valor ecológico;
- Minimizar incompatibilidades com áreas com estatuto de proteção nomeadamente REN e RAN;
- Proteger o carácter e diversidade da paisagem e potenciá-lo como elemento diferenciador de oferta turística.

Quadro 1 – FCD - Sistemas ecológicos e biodiversidade

Indicadores	Unidade de medida	Periodicidade	Valor de referência	Ano de referência dos dados	Valor atual	Evolução	Fonte
Populações de espécies ameaçadas e com estatuto de proteção (fauna e flora)	Número	Anual	0	2013	0 (2015)	→	ICNF CMC
Habitats / Unidades de Conservação	Número	Quinquenal	0	2013	0 (2017)	→	ICNF CMC
Habitats e Habitats prioritários	Número	Anual	0	2013	0 (2017)	→	ICNF CMC
Rios	Km	Anual	517,1	2013	517,1 (2017)	→	CMC ²
Matos e vegetação pioneira ³	ha	Anual	848,99	2013	855,00 (2017)	↗	DGT
Floresta e matagais naturais ⁴	ha	Anual	3955,73	2013	3127,50 (2017)	↘	DGT CMC
Área integrada na Estrutura Ecológica Municipal	ha	Anual	3.686,2	2013	3.686,2	→	CMC
Área de RAN desafetada	%	Anual	1,6%	2013	0%	↘	CMC
Área de REN desafetada	%	Anual	2,0%	2013	0%	↘	CMC
Solo rural transformado em solo urbano/urbanizável	ha ou %	Anual	- 15,9% ⁵	2013	0%	→	CMC
Zonas de Intervenção Florestal	ha	Anual	0	2013	--- ⁶	-	CMC
Zonas de elevado valor paisagístico	ha	Anual	0	2013	0	→	CMC
Novas áreas e/ou áreas propostas para recuperação/reconversão de áreas degradadas (monoculturas, com espécies invasoras, áreas ardidas, etc.)	ha	Anual	0	2013	300,0 ⁷	↗	CMC
Investimentos na proteção da biodiversidade e da paisagem ⁸	€	Anual	120.000,0	2013	143.000,0 (2015)	↗	INE

² Câmara Municipal de Constância.

³ Dados da Carta de Ocupação do Solo (COS) 2007 e 2010.

⁴ Dados da Carta de Ocupação do Solo (COS) 2007 e 2010.

⁵ Verificou-se uma redução do solo urbano com a Revisão do PDM, no total de – 107,6 ha.

⁶ Encontra-se em constituição uma ZIF, em parceria com a Altri Florestal, S.A., que abrangerá os municípios de Constância, Abrantes, Tomar e Vila Nova da Barquinha.

⁷ Está em curso a aquisição de serviços para reconversão de áreas ardidas (Plano de Estabilização de Emergência do Incêndio da Portela), no âmbito da ação 8.1.4 do PDR2020.

⁸ Fonte INE: Despesas em ambiente (€) dos municípios por Localização geográfica (NUTS - 2013), Classificador económico (Despesas) e Domínios de ambiente; Anual. Estes valores incluem o total de despesas correntes, despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências correntes, despesas de capital e transferências de capital.

FCD - QUALIDADE DO AMBIENTE

Objetivos de sustentabilidade

- Proteger as áreas ambientalmente vulneráveis;
- Proteger a qualidade do solo e evitar a sua contaminação;
- Controlar a impermeabilização dos solos;
- Proteger e assegurar a qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos (superficial e subterrâneo) para os diferentes usos;
- Assegurar a qualidade das águas interiores;
- Assegurar a qualidade da água destinada ao consumo humano;
- Garantir uma boa qualidade do ar em aglomerados urbanos e núcleos rurais;
- Assegurar a qualidade do ambiente sonoro, visando a salvaguarda da saúde humana e o bem-estar das populações;
- O modelo territorial deve contemplar opções que assegurem o combate às alterações climáticas, mediante a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa (GEE);
- Promover o sequestro de carbono através da preservação dos espaços florestais;
- Garantir a eficiência energética e um consumo crescente de energia a partir de fontes renováveis.

Quadro 2 – FCD - Qualidade do ambiente

Indicadores	Unidade de medida	Periodicidade	Valor de referência	Ano de referência dos dados	Valor atual	Evolução	Fonte	
Proporção de solo impermeabilizado ⁹	%	Anual	5,33	2013	5,44 (2015)	↗	CMC DGT	
Investimento e despesa na proteção, recuperação e preservação ambiental dos solos	€	Anual	0	2013	0 (2015)	→	CMC INE	
Qualidade da água superficial para os diferentes usos e qualidade da água subterrânea ¹⁰	Diversas, dependendo dos parâmetros analisados	Anual	B ¹¹	2013	n.d. ¹²	-	APA (SNIRH)	
Disponibilidades hídricas ¹³	10 ⁶ m ³ /ano	Anual	914,76	2012/13	839,67 (2015/16)	↘	APA (SNIRH)	
Área de espaços verdes de utilização coletiva no concelho ¹⁴	ha	Anual	11,06	2013	11,06 (2017)	→	CMC	
Área de coberto florestal ¹⁵	ha	Anual	5540,03	2013	7883,32 (2017)	↗	CMC	
Índice de Qualidade do Ar	N.º de dias	Anual		2013 ¹⁶	(2015)	-	APA	
	<i>Muito Bom</i>		n.d.		15			
	<i>Bom</i>		n.d.		317			
	<i>Médio</i>		n.d.		31			
	<i>Fraco</i>		n.d.		2			
	<i>Mau</i>	n.d.	0					
Indicador de ruído diurno-entardecer-noturno (Lden)	dB(A)	Na alteração da revisão do PDM	ZM – 65 ZS - 55	2013	n.a. ¹⁷	-	CMC	
Indicador de ruído noturno (Ln)	dB(A)		ZM – 55 ZS - 45	2013	n.a.	-		
População exposta a níveis sonoros LAeq diurno > 65 dB (A) (zonas mistas) e > 55 dB (A) (zonas sensíveis) e População exposta a níveis sonoros LAeq noturno > 55 dB (A) (zonas mistas) e > 45 dB (A) (zonas sensíveis)	%				2013			-
	<i>Constância</i>			14,95		n.a.		
	<i>Constância-Sul</i>		29,00	n.a.				
	<i>Malpique</i>		4,24	n.a.				

⁹ Percentagem de área correspondente a estradas e edifícios em geral (de acordo com cartografia oficial da DGT), relativamente à área do concelho.

¹⁰ Não existem pontos de água subterrânea no Concelho de Constância identificados no SNIRH (Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos).

¹¹ Qualidade da água superficial de acordo com anuário da qualidade da água publicado no SNIRH. Na seguinte escala de avaliação: A (Excelente); B (Boa); C (Razoável); D (Má); E (Muito Má).

¹² Não disponível.

¹³ Média dos períodos indicados relativamente ao Armazenamento Mensal na Albufeira de Castelo de Bode de Outubro a Setembro. Dados recolhidos no SNIRH.

¹⁴ Dados da Carta de Ocupação do Solo (COS) 2007 e 2010.

¹⁵ Dados da Carta de Ocupação do Solo (COS) 2007 e 2010.

¹⁶ Sem informação disponível para o ano de 2013 na Zona "Oeste, Vale do Tejo e Península de Setúbal".

¹⁷ Não aplicável.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

Capacidade dos sumidouros de carbono (áreas de coberto florestal);	ha	Anual	n.a.	---	n.a.	-	CMC
Produção bruta de eletricidade por fonte de energia renovável ¹⁸	MW/h	Anual	n.d.	---	12,8 (2017)	-	CAIMA
Proporção de transportes públicos que utilizam fontes de energia alternativas	%	Anual	0	2013	0 (2017)	→	CMC
Potência e número de aproveitamentos hidroelétricos instalados	Mw N.º	Anual	0	2013	0 (2017)	→	Promotores de aproveitamentos hidroelétricos

¹⁸ Dados relativos à central de biomassa instalada na CAIMA - Indústria de Celulose S.A. pertencente à empresa Altri Florestal, S.A.

FCD - DESENVOLVIMENTO HUMANO

Objetivos de sustentabilidade

- Criação de novos postos de trabalho (direto, indireto e induzido);
- Salvar ou melhorar a qualidade de vida da população;
- Fomentar e apoiar a formação tecnológica e profissional;
- Reforço da inclusão social;
- Otimizar as redes existentes e programadas de infraestruturas de saneamento básico;
- Promover uma gestão integrada e sustentável dos resíduos;
- Assegurar a melhoria do sistema de acessibilidades e mobilidade;
- Dotar o território de equipamentos que satisfaçam as necessidades da população ao nível educativo, de lazer e recreio e em particular assegurando a capacidade de suporte da rede de cuidados de saúde;
- Incentivar o uso do transporte coletivo em detrimento do individual.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

Quadro 3 - FCD - Desenvolvimento humano

Indicadores	Unidade de medida	Periodicidade	Valor de referência	Ano de referência dos dados	Valor atual	Evolução	Fonte
Taxa de variação da população residente	%	Decenal	6,32	2011	n.a.	-	INE
Densidade populacional	Hab/km2	Decenal	50,5	2011	n.a.	-	
Índice de Envelhecimento	N.º	Decenal	140,4	2011	n.a.	-	
Índice de dependência de idosos	Número	Decenal	33,8	2011	n.a.	-	
Índice de dependência de jovens	Número	Decenal	24,1	2011	n.a.	-	
Índice de dependência total	Número	Decenal	57,9	2011	n.a.	-	
Taxa bruta de natalidade	%	Anual	7,7	2011	5,8 (2015)	↘	
Taxa bruta de mortalidade	%	Anual	7,7	2011	13,3 (2015)	↗	
Distribuição da população por dimensão do lugar	%	Decenal					
	<i>População isolada</i>		2,07	2011	n.a.	-	
	<i>Menos de 2000 habitantes</i>		97,93	2011	n.a.	-	
	<i>2000 e mais habitantes</i>		0,00	2011	n.a.	-	
Proporção da população residente com pelo menos a escolaridade obrigatória, com o 3.º ciclo completo e com o ensino superior completo	%	Decenal					
	<i>Com 3.º ciclo completo</i>		47,16	2011	n.a.	-	
	<i>Ensino superior completo</i>		11,00	2011	n.a.	-	
Taxa de analfabetismo	%	Decenal	6,40	2011	n.a.	-	
Taxa de Atividade	%	Decenal	45,60	2011	n.a.	-	
Taxa de desemprego	%	Decenal	10,98	2011	n.a.	-	
Estabelecimentos de saúde (Centros de Saúde e extensões, Farmácias, etc.) ¹⁹	Número	Anual					CMC
	<i>Centros de Saúde</i>		1	2007	1 (2017)	→	
	<i>Extensão do Centro de Saúde</i>		2	2007	1 (2017)	↘	
	<i>Farmácias</i>		3	2013	3 (2015)	→	
Níveis de serviço da população com sistemas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais	%	Anual					INE CMC
	<i>População com abastecimento de água</i>		100 ²⁰	2013	100 (2017)	↗	
	<i>População servida com drenagem e tratamento de</i>		95	2013	100 (2017)	↗	

¹⁹ Relativamente a este indicador não foi considerado o número identificado pelo INE, por estar incorreto atendendo à realidade.

²⁰ Valor estimado no PDM 2015 para valores muito próximos de 100%.

Resíduos urbanos recolhidos por tipo de recolha e destino	<i>águas residuais</i>						INE
	toneladas	Anual					
	<i>Recolha indiferenciada</i>		1.582 (aterro)	2011	1.456 (2014) ²¹	↘	
	<i>Recolha seletiva</i> ²²		183	2011	314 (2014)	↗	
N.º de estabelecimentos de ensino e de equipamentos de saúde, sociais, desportivos e culturais	N.º	Anual					INE CMC
	<i>Estabelecimentos de ensino</i> ²³		12	2013	5 (2017)	↘	
	<i>Equipamentos de saúde</i>		3	2013	2 (2017)	↘	
	<i>Equipamentos sociais</i>		8	2013	9 (2017)	↗	
	<i>Equipamentos desportivos</i>		19	2013	19 (2017)	→	
	<i>Equipamentos culturais</i>		20	2013	20 (2017)	→	
Extensão de vias asfaltadas no concelho;	km	Anual	134	2013	134 (2017)	→	CMC CIMT Rodoviária do Tejo IMT
População servida por paragens de transportes públicos a menos de 400m	%	Anual	n.d.	---	86,4 (2017) ²⁴	-	
Oferta e capacidade de transportes públicos	N.º	Anual					
	<i>Carreiras Inter-regionais</i>		n.d.	---	3 (2016)	-	
	<i>Carreiras Intermunicipais</i>		n.d.	---	3 (2016)	-	
	<i>Carreiras Municipais</i>		n.d.		1 (2016)	-	
	<i>Transporte a pedido</i>		0	2013	1 (2017)	↗	
Frequência dos transportes públicos;	Horas	Anual	n.d.	---	4h (2016) ²⁵	-	
Extensão de percursos pedonais e de ciclovias no concelho	km	Anual	0	2013	30 (2017) ²⁶	↗	

²¹ Valorização multimaterial.

²² Valorização multimaterial.

²³ A redução do n.º de estabelecimentos de ensino está diretamente associada à construção dos novos Centros Escolares, traduzindo-se deste modo numa evolução positiva.

²⁴ Foi usado como indicador o n.º de alojamentos existentes nos edifícios georreferenciados pelo INE (Censos 2011).

²⁵ Tempo de espera médio calculado para as carreiras com mais de um horário por dia.

²⁶ Dados correspondentes aos percursos das Grandes Rotas do Zêzere e do Tejo.

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

FCD – PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

Objetivos de sustentabilidade

- Preservação, valorização e reabilitação do património arquitetónico e/ou arqueológico;
- Identificação de imóveis com interesse patrimonial e de áreas arqueológicas;
- Identificação de elementos passíveis de valorização.

Quadro 4 - FCD – Património construído

Indicadores	Unidade de medida	Periodicidade	Valor de referência	Ano de referência dos dados	Valor atual	Evolução	Fonte
Sítios e áreas com interesse arqueológico	N.º	Anual	74	2013	74 (2017)	→	CMC DGPC
Áreas com interesse patrimonial			30 ²⁷	2013	30 (2017)	→	
Imóveis classificados ou em vias de classificação			5	2013	5 (2017)	→	

O Concelho possui cinco imóveis classificados encontrando-se quatro classificados como **Imóveis de Interesse Público** e um como **Conjunto de interesse público**. São eles, designadamente:

- Igreja Matriz de Constância/Igreja da Nossa Senhora dos Mártires (Decreto n.º 39 521, DG n.º 21 de 30 janeiro 1954, ZEP - DG n.º 67 (II Série), de 20 de março de 1959);
- Igreja da Misericórdia de Constância (Decreto. n.º 95/78, DR n.º 210, de 12 setembro de 1978);
- Pelourinho de Constância (Decreto n.º 23 122, DG n.º 231, de 11 outubro de 1933);
- Casa Camões ou Casa dos Arcos (Decreto n.º 31/83, DR n.º 106, de 9 maio de 1983).
- Ponte de Santo Antoninho e respetivo Padrão (Portaria n.º 265/2010, DR n.º 73, de 15 de maio de 2010 (II Série).

²⁷ E ainda todas as fontes, os miradouros, os alpendres e os lavadouros assinalados na Planta de Ordenamento do PDM.

FCD – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Objetivos de sustentabilidade

- Assegurar a concentração do espaço urbano, de modo a evitar a dispersão dos aglomerados urbanos;
- Evitar e minimizar a afetação de áreas sujeitas a condicionantes ambientais;
- Proteger as aptidões naturais dos solos, potenciá-las e evitar incompatibilidades entre usos e atividades;
- Salvar solos pedologicamente evoluídos e com capacidade produtiva.

Quadro 5 - FCD – Ordenamento do território

Indicadores	Unidade de medida	Periodicidade	Valor de referência	Ano de referência dos dados	Valor atual	Evolução	Fonte
Densidade populacional nos núcleos urbanos propostos	Hab/km ²	Decenal					INE CMC
	<i>Constância</i>		599,5	2011	n.a.	-	
	<i>Constância-Sul</i>		311,2	2011	n.a.	-	
	<i>Montalvo</i>		784,2	2011	n.a.	-	
	<i>Malpique</i>		1.014,7	2011	n.a.	-	
	<i>Portela</i>		804,5	2011	n.a.	-	
	<i>Vale de Mestre</i>		544,0	2011	n.a.	-	
	<i>Santa Margarida</i>		711,8	2011	n.a.	-	
Área de RAN desafetada	%	Anual	1,6	2013	0 (2017)	↘	CMC
Área de REN desafetada			2,0	2013	0 (2017)	↘	

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

FCD - RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS

Objetivos de sustentabilidade

- Reduzir o n.º de deflagrações e área ardida no concelho;
- Prevenir o controlar a erosão dos solos, adotando medidas para a conservação e gestão dos solos;
- Assegurar que os usos do território previstos e a implantação de infraestruturas e equipamentos não colidam com a segurança de pessoas, bens e o ambiente;
- As disposições do Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho que transpôs a Diretiva SEVESO II estão aplicadas ao estabelecimento de substâncias perigosas existente no concelho;
- Proteger pessoas e bens.

Quadro 6 - FCD - Riscos naturais e tecnológicos

Indicadores	Unidade de medida	Periodicidade	Valor de referência	Ano de referência dos dados	Valor atual	Evolução	Fonte
Ocorrências de incêndios florestais	N.º	Anual	9	2013	19 (2016)	↗	ICNF
Superfície ardida no concelho	ha	Anual	22,54	2013	1,50 (2016)	↘	
Índice de Suscetibilidade à erosão	N.º	Anual	n.d.	---	n.d.	-	APA
Solos em risco de erosão	%	Anual	32,93	2013	n.d.	-	
Acidentes tecnológicos	N.º	Anual	0	2013	0 (2017)	→	CMC
Evolução da distância de segurança entre áreas industriais propostas e existentes e as áreas sensíveis na envolvente	m	Anual	n.a.	---	n.a.	-	
Edificações em áreas de risco de incêndio elevado e muito elevado	N.º	Anual	0	2013	0 (2017)	→	CMC
Edificações em Áreas inundáveis	N.º	Anual	0	2013	0 (2017)	→	CMC
Construções em RAN	N.º	Anual	0	2013	0 (2017)	→	CMC
Construções em REN	N.º	Anual	0	2013	0 (2017)	→	CMC
Operações de destaque realizadas em solo rural	N.º	Anual	1	2013	0 (2017)	↘	CMC
Novas edificações em solo rural	N.º	Anual	0	2013	0 (2017)	→	CMC

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

FCD - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL

Objetivos de sustentabilidade

- Dinamizar e promover os fatores de competitividade da economia local;
- Diversificar, complementar e modernizar a base produtiva;
- Promover as especificidades locais;
- Assegurar sinergias locais;
- Diminuir assimetrias regionais;
- Desmaterialização da economia (dissociar o crescimento económico do consumo de recursos naturais);
- Criação e qualificação de emprego;
- Inovação.

Quadro 7 - FCD - Desenvolvimento económico local

Indicadores	Unidade de medida	Periodicidade	Valor de referência	Ano de referência dos dados	Valor atual	Evolução	Fonte
Distribuição da população ativa por sectores de atividade	%	Decenal					INE CMC Turismo de Portugal PORDATA
	<i>Sector Primário</i>		2,37	2011	n.a.	-	
	<i>Sector Secundário</i>		30,21	2011	n.a.	-	
	<i>Sector Terciário (social)</i>		40,00	2011	n.a.	-	
	<i>Sector Terciário (económico)</i>		27,42	2011	n.a.	-	
Distribuição da população ativa por grupos de profissão	%	Decenal					
	<i>Profissões das forças armadas (Grupo 0)</i>		5,90	2011	n.a.	-	
	<i>Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos (Grupo 1)</i>		3,34	2011	n.a.	-	
	<i>Especialistas das atividades intelectuais e científicas (Grupo 2)</i>		11,91	2011	n.a.	-	
	<i>Técnicos e profissões de nível intermédio (Grupo 3)</i>		9,06	2011	n.a.	-	
	<i>Pessoal administrativo (Grupo 4)</i>		8,69	2011	n.a.	-	
	<i>Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (Grupo 5)</i>		18,12	2011	n.a.	-	
	<i>Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta (Grupo 6)</i>		2,43	2011	n.a.	-	
	<i>Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (Grupo 7)</i>		11,06	2011	n.a.	-	
	<i>Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (Grupo 8)</i>		7,29	2011	n.a.	-	
<i>Trabalhadores não qualificados (Grupo 9)</i>		22,19	2011	n.a.	-		
Fluxos de pessoas com origem e destino no	%	Decenal					
	<i>Proporção da população residente</i>		46,62	2011	n.a.	-	



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

concelho (movimentos pendulares)	<i>que entra Concelho</i> <i>Proporção da população residente que sai do Concelho</i>		22,31	2011	n.a.	-
Estabelecimentos e capacidade de alojamento	N.º Estabelecimentos/N.º utentes	Anual	2/56	2013	13/116 (2017)	↗
Estada média nos estabelecimentos ²⁸	N.º	Anual	n.d.	---	n.d.	-
Poder de compra, <i>per capita</i>	%	Bienal	89,4	2013	n.d.	-
Investimentos e ações de apoio a projetos agrícolas e florestais ²⁹	€	Anual	14.900,95	2013	5.257,60 (2016)	↘
Tipo e quantidade de produtos certificados	Produto/n.º	Anual	0	2013	0 (2017)	→
Despesas em inovação (público e privado)	€	Anual	n.d.	---	n.d.	-
Despesas em ambiente	€	Anual	493.000	2013	571.000 (2015)	↗

²⁸ Os dados do INE não estão disponíveis para estas tipologias de alojamento (Turismo Rural/Casa de Campo e Alojamento local).

²⁹ Foi considerado o valor realizado para "Execução de Faixas de Gestão de Combustível-PRODER" inscrito no mapa de execução das GOP.

FCD – GOVERNANÇA

Objetivos de sustentabilidade

- Facilitar o acesso à informação, nomeadamente através do reforço da adoção de novas tecnologias de informação e comunicação;
- Desburocratizar o sistema de governação (agilizar e simplificar os processos).

Quadro 8 - FCD – Governança

Indicadores	Unidade de medida	Periodicidade	Valor de referência	Ano de referência dos dados	Valor atual	Evolução	Fonte
Proporção de agregados domésticos privados com tecnologias de informação e comunicação	N.º	Sempre que ocorram atos eleitorais					PORDATA
	<i>Acessos telefónicos analógicos</i>		1.019	2011	n.d.	-	
	<i>Acessos telefónicos digitais</i>		212	2011	n.d.	-	
Satisfação local com ações governativas (abstenção em Processos legislativos) ³⁰	%	Sempre que ocorram atos eleitorais	50,3	2011	45,39 (2016)	↓	

³⁰ Dados baseados nas Eleições Presidenciais.

AVALIAÇÃO DOS FCD

A avaliação dos indicadores de monitorização associados a cada um dos FCD é uma tarefa complexa perante a diversidade de informação que é necessário reunir para a sua construção. Se as características biofísicas tendem a condicionar os diversos tipos de utilização do território, são sem dúvidas as pressões sociais, económicas, institucionais e políticas que determinam a intensidade e localização dessas ações.

Assim, optou-se por apresentar uma visão global de todos os sectores cujas intervenções cumulativas e/ou concorrenciais interferem no modelo de organização espacial do território, até porque nem sempre existem ou foram definidos critérios inequívocos de parametrização e comparação ou foi possível recolher dados atualizados para todos os diversos sectores de intervenção.

Preservar e valorizar os ecossistemas, de forma a manter a integridade das suas funções ecológicas é um dos principais objetivos no âmbito do **FCD - Sistemas ecológicos e biodiversidade**, e neste sentido, se não se verificou o desenvolvimento de quaisquer medidas para promover o reconhecimento de habitats ou de zonas de elevado valor paisagístico, por exemplo, registaram-se contudo ligeiros aumentos em investimentos na proteção da biodiversidade e da paisagem e na reconversão de áreas ardidadas. Salientam-se especialmente como indicadores com evolução positiva os associados à manutenção da área integrada na Estrutura Ecológica Municipal ou à ausência de desafetação de novas áreas da Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Reserva Agrícola Nacional (RAN).

A qualidade ambiental é um fator diferenciador do território e conseqüentemente crescem as exigências de qualidade. Tal é patente nos indicadores referentes à qualidade do ar e da água, exposição ao ruído, oferta de áreas de espaços verdes de utilização coletiva no concelho ou utilização de fontes de energia alternativas ou renováveis associados ao **FCD - Qualidade do ambiente**. Se relativamente à qualidade do ar e da água, de acordo com os dados disponíveis, apenas para um dos anos, se pode considerar boa, quanto à exposição a níveis sonoros contínuos de ruído ambiente exterior aos quais as zonas sensíveis e as zonas mistas não podem ficar expostas, ou seja, que ultrapassam os níveis máximos de exposição admissíveis para estas áreas, verificam-se alguns problemas.

As zonas de conflito, com maior expressão, situam-se em Constância-Sul e na vila de Constância, e estão diretamente associadas às principais fontes de ruído do concelho de Constância, que são as infraestruturas viárias e ferroviárias existentes, designadamente, o IP6/A23, que atravessa transversalmente o concelho e corresponde a uma “grande infraestrutura transporte rodoviário”, a EN3 desclassificada, que estabelece ligação entre Constância e Montalvo, a EN118, a linha de caminho-de-ferro, que se desenvolve paralelamente à EN118, e a fábrica do CAIMA, constituindo grande fonte de ruído para o aglomerado de Constância-Sul³¹. Assim, as maiores percentagens de população afetada registaram-se, em Constância-Sul e na vila de Constância, designadamente 29% e 14,95%, salientando-se que quase 1/3 da população de Constância-Sul está sujeita a níveis de ruído muito elevados.

No que respeita à utilização de fontes de energia renováveis, destaca-se o funcionamento da central de produção de biomassa florestal de Constância, localizada nas instalações fabris da CAIMA, com capacidade de cerca de 13 MWh.

Excetuando a informação relativa às taxas brutas de natalidade e de mortalidade, que demonstram de forma evidente o acentuado envelhecimento da população do concelho (em 2011, 7,7% e 7,7%, e em 2015, 5,8% e 13,3%, respetivamente), como os Censos (Recenseamentos Gerais da População e Habitação publicados pelo INE) só são realizados de 10 em 10 anos e os últimos foram efetuados em 2011, ao nível da população residente, e com base nesses valores, não é possível desenvolver qualquer análise evolutiva para o **FCD - Desenvolvimento humano**. É possível no entanto destacar os níveis de serviço da população com sistemas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais, que atingem os 100%, e o aumento do n.º de toneladas registado ao nível da recolha seletiva (183 -2011 / 314 – 2014) em detrimento da recolha indiferenciada (1.582 – 2011 / 1.456 – 2014), o que significa que a população começa a estar mais alerta para a problemática dos resíduos sólidos urbanos, mas que ainda existe um longo caminho a percorrer.

Quanto ao n.º de estabelecimentos de ensino e de equipamentos de saúde, sociais, desportivos e culturais, salienta-se que a redução do n.º de estabelecimentos de ensino está associado à construção dos Centros Escolares de Santa Margarida da

³¹ (pp. 157) 1ª Revisão do PDM de Constância – Volume II – Relatório de Proposta.

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

Coutada e de Constância, traduzindo-se assim numa evolução positiva a situação relativamente a este tipo de equipamento. Evolução positiva tiveram também os equipamentos sociais, com a construção e entrada em funcionamento do “*Lar em Aldeia de Santa Margarida*”. A coesão social e territorial do município está bem patente no equilíbrio da distribuição de equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas no território.

Salienta-se ainda pela positiva a elevada percentagem de população do concelho servida por paragens de transportes públicos a menos de 400m (86,4% considerando o n.º de alojamentos existentes nos edifícios georreferenciados pelo INE nos Censos de 2011). Contudo esta situação não corresponde a uma acentuada utilização dos mesmos atendendo à reduzida frequência dos transportes públicos (o tempo de espera médio calculado para as carreiras com mais de um horário por dia situa-se nas 4 horas), verificando-se um significativo uso do transporte privado individual.

Numa tentativa de colmatar a inexistência de uma rede de transportes públicos municipais/intermunicipais foi este ano criado o “*Transporte a pedido*”, no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), pelo que não poderíamos deixar de lhe fazer referência nesta análise. “*O Transporte a Pedido no Médio Tejo é um projeto inovador no contexto nacional e pretende ser uma referência importante para a divulgação do transporte flexível para eventual replicação em outros locais do país. Tem por objetivo aumentar a cobertura da rede de transportes coletivos existente, proporcionando uma oferta em áreas e/ou períodos do dia ou ano onde esta oferta não existe ou é deficitária*”³².

Relativamente ao **FCD – Património** construído verifica-se que não foram desenvolvidas iniciativas para a abertura de processos de classificação de novos imóveis com interesse patrimonial, nem estudos/prospeções arqueológicas que identificassem novas áreas ou sítios com interesse arqueológico no concelho.

Como já foi referido relativamente aos dados dos Censos a propósito do FCD - Desenvolvimento humano, também não é possível efetuar a análise da evolução da densidade populacional nos núcleos urbanos propostos, no que respeita ao **FCD – Ordenamento do território**. Destaca-se no entanto a ausência de desafetação de

³² <http://www.mediotejo.pt/>

novas áreas da REN e da RAN como indicadores com evolução positiva e garante da salvaguarda dos solos com capacidade produtiva.

A inexistência de novas edificações em solo rural, em áreas de risco de incêndio elevado e muito elevado, em áreas inundáveis, em RAN e em REN indica uma retração da atividade da construção civil, com impactes ao nível das dinâmicas territoriais e do ordenamento do território mas traduz-se numa evolução positiva destes indicadores, pois está-lhe inerente a estabilização do n.º de edificações em risco, o que associado à redução da superfície ardida no concelho (22,54 ha em 2013 e 1,50 ha em 2016) pode conduzir a uma apreciação favorável do desenvolvimento verificado ao nível do **FCD - Riscos naturais e tecnológicos**. Contudo, o maior n.º de ocorrências de incêndios florestais registados (9 em 2013 e 19 em 2016), e o facto de esta análise ter como referência uma periodicidade anual, não cumulativa, que escamoteia o grande incêndio de 2015 que assolou Constância desta contabilidade, fazem-nos crer que muito há ainda a fazer nesta área.

Mais uma vez os dados dos Censos limitaram o tipo de análise possível ao nível da distribuição da população ativa por sectores de atividade e por grupos de profissão, no que respeita ao **FCD - Desenvolvimento económico local**. Neste domínio destaca-se sobretudo o aumento significativo do n.º de estabelecimentos e, conseqüentemente, da capacidade de alojamento existente no concelho, gerado pelo aparecimento de vários estabelecimentos de alojamento local, o que viabilizou a duplicação da capacidade de alojamento no município (de apenas 2 estabelecimentos em 2013 com capacidade total para 56 utentes, passamos para 13 estabelecimentos, com capacidade global para 116 utentes em 2017). Verifica-se assim que no setor económico o turismo começa a constituir-se como uma atividade dinâmica, o que pode impulsionar um conjunto de outros empreendimentos ligados à oferta de serviços vocacionados para o turista.

Finalmente, para o **FCD – Governança** verificou-se alguma dificuldade em reunir informação sobre a proporção de agregados domésticos privados com tecnologias de informação e comunicação, tendo sido apenas possível recolher dados relativamente ao ano de 2011, para o n.º de acessos telefónicos analógicos e digitais (1.019 e 212, respetivamente), o que notoriamente não expressa de todo uma noção do nível de acesso da população às novas tecnologias. Face aos objetivos de sustentabilidade deste FCD, o indicador *“Satisfação local com ações governativas (abstenção em*

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

processos legislativos) ” também, na nossa ótica, não espelha facilitação do acesso à informação ou desburocratização do sistema de governação, mas apenas o grau de envolvimento da população quando ocorrem atos eleitorais, tendo-se verificado uma ligeira diminuição da abstenção, que continua no entanto com valores muito elevados, relativamente ao último processo eleitoral (Eleições Presidenciais) de 50,3% em 2011, para 45,39% em 2016.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PDM

Nível de execução do PDM - Projetos e intervenções

Feita a avaliação da evolução dos indicadores de monitorização apresentados, que contribui para a aferição do cumprimento dos objetivos estratégicos e da eficácia de implementação das políticas definidas pelo PDM, numa abordagem mais pragmática são apresentados de seguida um quadro resumo e um gráfico espelhando o nível de execução do Plano, tendo em consideração o grau de concretização das ações previstas (projetos e intervenções), em função do domínio de intervenção e estimativa do prazo de execução, conforme indicado no Programa de Execução do PDM.

Quadro 9 - Programa de Execução – Equipamentos, Habitação, Espaços Verdes, Turismo e Rede Rodoviária

Domínio de Intervenção	Projetos/ Intervenções	Entidade Executora	Prazo (anos) ³³	Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
Ensino	Centro Escolar de Montalvo	CM	1				
Solidariedade e Segurança Social	Centro de Dia em Montalvo	Associação Humanitária de apoio à 3ª idade de Montalvo	n.d. ³⁴				n.d.
	Lar em Aldeia de Santa Margarida	Santa Casa da Misericórdia	1				
	Lar em Constância	Privada	n.d.				
Desporto	Beneficiação do Campo de Futebol de Montalvo	CM / Inst. do Desp.	3				
Cultural	Museu Quintas do Tejo, em Montalvo (reconstrução dos imóveis existentes)	CM	2				
	Centro Ciência Viva- Construção do Pavilhão Multiuso	CM	4				
	Valorização da Casa memória de Camões e Horto Camoniano (Museu dos Rios e das Artes Marítimas)	CM	1				
Cemitérios	Ampliação do Cemitério de Constância	CM	1				
	Ampliação do Cemitério de Portela	CM	1				
Outros	Ampliação e remodelação da Secção de Bombeiros de Santa Margarida	Associação B.V. de Constância	n.d.				
Habitação Social	Construção de 12 fogos de habitação social em Santa Margarida	CM	6				
	Construção de 6 fogos de habitação social em Constância	CM	8				
Espaços Verdes	Parque Ambiental de Santa Margarida - 3ª Fase (Melhor Funcionalidade)	CM	4				

³³ Identifica-se o ano previsto para início da implementação do projeto, podendo a execução do mesmo se prolongar por mais de um ano.






³⁴ Informação não disponibilizada.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

Domínio de Intervenção	Projetos/ Intervenções	Entidade Executora	Prazo (anos) ³³	Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
	Construção do Açude Galgável no Zêzere	INAG	n.d.				
Turismo	Construção de um empreendimento turístico na vila de Constância na encosta do Zêzere	CM/ Parque Almourol	5				
Rede Rodoviária	Estabelecer a ligação do aglomerado rural de Pereira à Chamusca (ainda não existe traçado)	CM	8				
Infraestruturas Urbanas	Ligação dos esgotos domésticos da zona de expansão de Constância à Estação Elevatória com remodelação da mesma e emissário final de ligação à ETAR do CAIMA	CM	5				
	Construção de um reservatório elevado em Vale de Mestre	EPAL	n.d.				
	Construção da conduta abastecedora ao aglomerado de Portela a partir do novo reservatório de Vale de Mestre	EPAL	n.d.				
	Construção de nova ETAR Montalvo (a localizar no interior da U1)	CM	6				

Legenda:

	Executado		Prioridades de execução de nível 1		Prioridades de execução de nível 2		Prioridades de execução de nível 3		Informação não disponibilizada (não foi executado nem se encontra em execução)
---	-----------	---	------------------------------------	---	------------------------------------	---	------------------------------------	---	--

No Quadro 9 estão identificados os principais projetos identificados no PDM como estratégicos em cada um dos domínios de intervenção considerados prioritários pelo município. Nem todos são da responsabilidade da câmara municipal, identificando-se por isso as outras entidades que assumiriam o projeto, atendendo à sua especificidade.

Saliente-se que muito embora apenas estes projetos estejam identificados no PDM, o executivo camarário optou por desenvolver paralelamente outros projetos que considerou igualmente estratégicos para o desenvolvimento concelhio, de entre os quais se destacam os associados ao *Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Constância*, da *Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Constância*, que foi aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Constância, a 26 de junho de 2015.

Nível de Execução do PDM

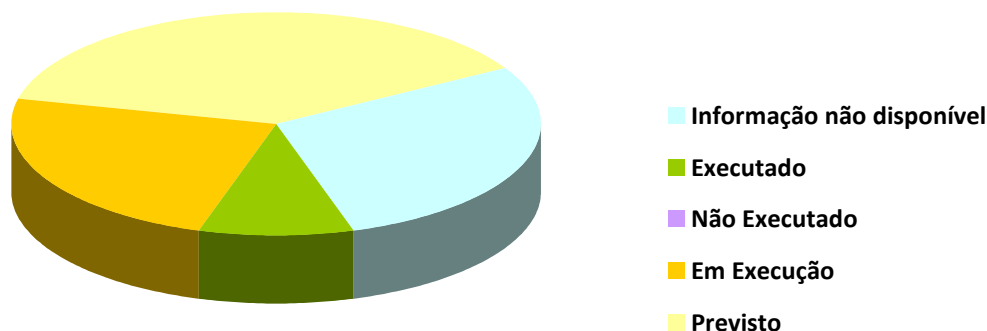


Figura 2 - Nível de Execução do PDM no 1.º ano de vigência

Observados o Quadro 9 e o gráfico da Figura 2 sobre o nível de execução do PDM, verifica-se que das 21 ações previstas (projetos e intervenções), apenas 2 foram executadas na sua totalidade (construção de *Lar em Aldeia de Santa Margarida* e *Ampliação do Cemitério de Portela*), encontrando-se no entanto mais 5 projetos em execução. Face à estimativa inicial relativamente ao prazo de execução (1.º ano) e à responsabilidade da CMC conforme o indicado no Programa, 2 dos projetos considerados de “prioridade 1” estão em execução, designadamente, o *Centro Escolar de Montalvo* e a *Valorização da Casa Memória de Camões e Horto Camoniano*. Estão no entanto mais 2 projetos de “prioridade 1” já em execução, designadamente, *Museu Quintas do Tejo, em Montalvo (reconstrução dos imóveis existentes)*, previsto para o 2.º ano e, a *Beneficiação do Campo de Futebol de Montalvo*, previsto para o 3.º. O outro projeto em execução, este de “prioridade 2”, é a *Ligação dos esgotos domésticos da zona de expansão de Constância à Estação Elevatória com remodelação da mesma e emissário final de ligação à ETAR do CAIMA* (previsto para o 5.º ano).

Atendendo a que está em análise apenas o 1.º ano de vigência do PDM, não foi considerado nenhum projeto como não executado, encontrando-se assim todos os outros identificados como previstos (8), ou com informação indisponível (6), pois estes últimos, não são iniciativas a promover pela câmara municipal. Os atrasos verificados no arranque do atual quadro comunitário de apoio ao investimento (Portugal 2020) não são alheios a esta situação, porquanto o município não possui grande capacidade de gerar receitas próprias, encontrando-se forçosamente muito dependente dos fundos comunitários para concretizar estas ações.

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

Execução do PDM - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

As Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) abrangem a totalidade dos espaços para onde se prevê as expansões dos aglomerados, no sentido de estabelecer a programação de implementação de cada uma e os respetivos custos de infraestruturização e de planeamento. O PDM estabelece 17 UOPG que, tal como expresso no Plano, deverão concretizar-se através de Planos de Pormenor ou de Unidades de Execução.

Quadro 10 - Execução - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão	Entidade Executora	ANO ³⁵										Execução	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
U1 – Zona Industrial Sul de Montalvo	CM				■								Prevista
U2 – Intervenções no âmbito do Polis Rios	Privada		■										Prevista
U3 – Aldeia Aventura	Privada		■										Prevista
U4 – Expansão Nascente de Constância	Privada	■											Prevista
U5 – Expansão Norte de Constância 1	Privada				■								Prevista
U6 - Expansão Norte de Constância 2	Privada											■	Prevista
U7 – Expansão Sul de Montalvo	Privada			■									Prevista
U8 – Expansão Norte de Montalvo 1	Privada					■							Prevista
U9 – Expansão Norte de Montalvo 2	Privada									■			Prevista
U10 – Constância Sul	Privada					■							Prevista
U11 – Portela	Privada						■						Prevista
U12 – Vale de Mestre Norte 1	Privada				■								Prevista
U13 – Vale de Mestre Norte 2	Privada									■			Prevista
U14 – Vale de Mestre Nascente	Privada	■											Prevista
U15 – Vale de Mestre Sul	Privada										■		Prevista
U16 – Aldeia de Santa Margarida	Privada			■									Prevista
U17 – Malpique	Privada											■	Prevista

Legenda:

■ Prioridades de execução de nível 1 ■ Prioridades de execução de nível 2 ■ Prioridades de execução de nível 3

³⁵ Identifica-se o ano de início da implementação do projeto, podendo a execução do mesmo se prolongar por mais de um ano.

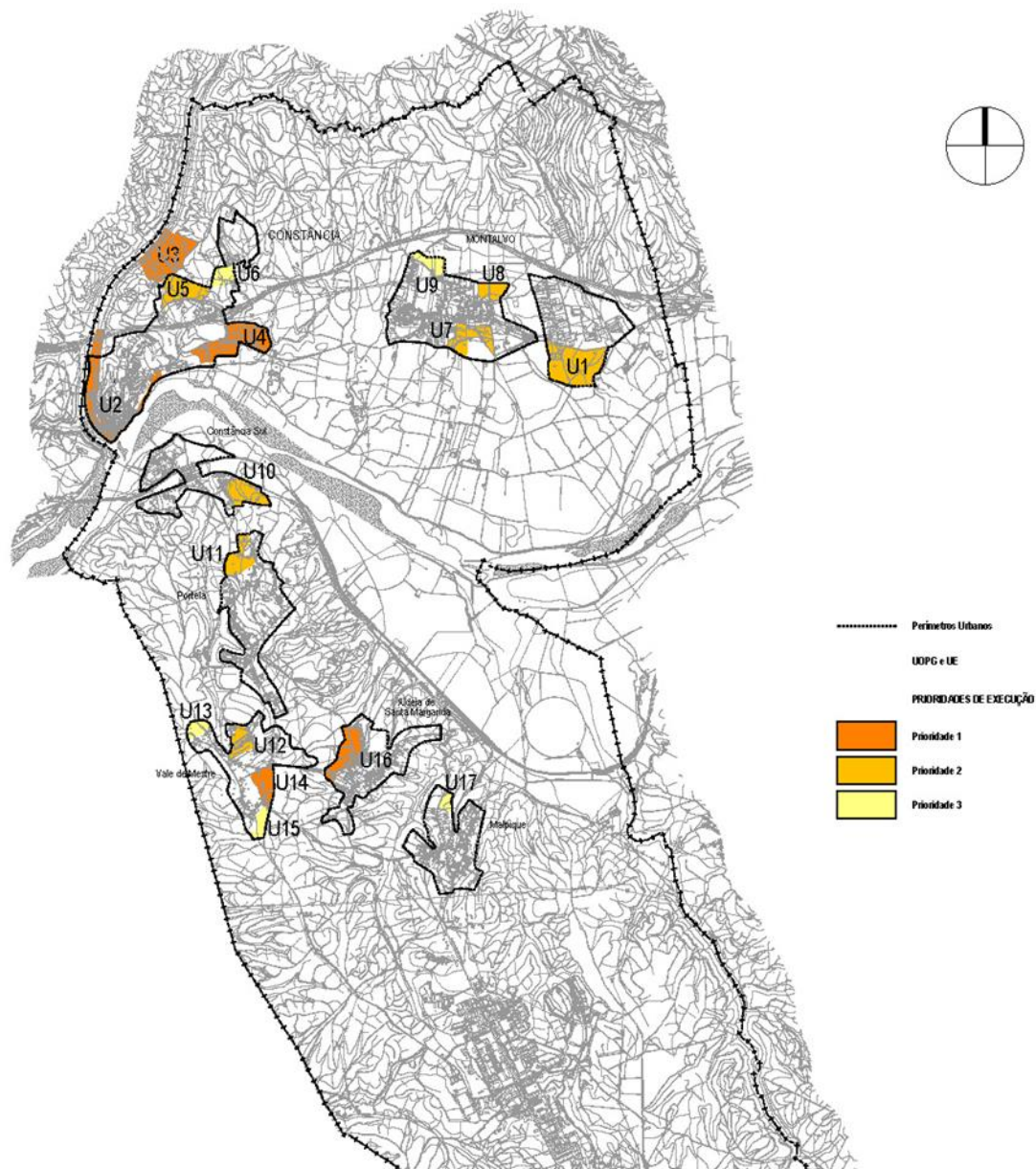


Figura 3 - Localização das UOPG e identificação das respectivas prioridades de execução

Considerando a recente entrada em vigor do PDM, ainda nenhuma das UOPG se encontra executada mas todas se mantêm como previstas.

Das UOPG consideradas de execução prioritária, destaca-se a importância de avançar primeiro com a U2 – *Intervenções no âmbito do Polis Rios* e a U4 – *Expansão Nascente de Constância*, atendendo aos projetos que se pretendem desenvolver para as áreas em questão e, à necessidade de articular os mesmos com as estratégias definidas ao nível do PDM.

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

RECOMENDAÇÕES

Em função dos resultados do processo de avaliação dos FCD, apresentam-se, de seguida, um conjunto de recomendações/diretrizes de seguimento identificando medidas a implementar, as quais podem contribuir para o alcance dos objetivos de um território sustentável e cada vez mais atrativo para residir, trabalhar, visitar e investir.

Como medida de carácter geral, salienta-se a necessidade de garantir que os serviços municipais disponibilizam e mantêm atualizada a informação dos indicadores relacionados com a sua área de atuação.

Medidas por FCD

SISTEMAS ECOLÓGICOS E BIODIVERSIDADE

- Desenvolvimento de ações de sensibilização com vista à promoção e valorização do património natural;
- Inventariação de zonas de elevado valor paisagístico e de habitats tendo em vista a sua preservação e proteção efetivas e, o seu reconhecimento;
- Implementar o Plano de Estabilização de Emergência do Incêndio da Portela;
- Concluir o processo de constituição da ZIF em curso.

QUALIDADE DO AMBIENTE

- Assegurar uma correta gestão da rede de abastecimento de água, atendendo, nomeadamente, ao nível da redução de perdas;
- Promover campanhas de sensibilização junto da população para a importância do consumo racional da água;
- Promover campanhas de sensibilização da população para a necessidade de salvaguardar e limpar as linhas de água;
- Para todas as Zonas de Conflito, ou seja, para as Zonas Sensíveis e Mistas identificadas em que o nível de exposição ao ruído contraria o disposto no regime legal, a Câmara Municipal deve proceder à elaboração e à aplicação de planos de redução de ruído, prevendo técnicas de controlo do ruído como

sejam barreiras acústicas, condicionamento do tráfego rodoviário, mecanismos de controlo da velocidade praticada – lombas, estreitamento de vias, semáforos atuados, etc.. Na elaboração destes planos deve ser dada prioridade às Zonas Mistas e Sensíveis sujeitas a níveis sonoros contínuos equivalentes do ruído ambiente exterior superiores em 5 dB(A)³⁶;

- Continuar a apostar na construção de novos espaços verdes e na valorização de espaços verdes existentes;
- Valorizar as frentes de linhas de água em meio urbano, inserindo-as em corredores verdes recreativos.

DESENVOLVIMENTO HUMANO

- Promover campanhas de sensibilização junto da população para a problemática dos resíduos sólidos urbanos;
- Promover campanhas de sensibilização para a redução dos consumos energéticos de combustíveis, fomentado a utilização de energias renováveis, de veículos elétricos e de modos suaves de transporte (exs.: deslocação de bicicleta ou a pé).

PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

- Desenvolvimento de ações de sensibilização com vista à promoção e valorização do património cultural.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- Promover ações de sensibilização para a reabilitação do edificado nos núcleos urbanos em detrimento da aposta em construção nova;
- Promover a realização de Planos de Pormenor e/ou Unidades de Execução conducente ao correto ordenamento do território e de apoio a uma gestão urbanística eficaz, conforme o previsto no PDM, dando primazia às UOPG U2 e U4.

³⁶ (pp. 159) 1ª Revisão do PDM de Constância – Volume II – Relatório de Proposta.

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS

- Promover campanhas de sensibilização junto dos proprietários florestais para a necessidade da sua limpeza e requalificação, incentivando a instalação de espécies autóctones;
- Promover a realização do Plano de Gestão Florestal (PGF) para as explorações florestais e agroflorestais públicas e comunitárias;
- Concluir a atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) para o Concelho;
- Promover a atualização do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) para o Concelho.

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL

- Desenvolver ações de sensibilização e fomento para novas práticas agrícolas, como forma de, eventualmente, relançar a atividade através, nomeadamente, da aposta em novos nichos de mercado, que sejam simultaneamente produtivos/rentáveis e sustentáveis do ponto de vista ecológico face ao uso de técnicas apropriadas de defesa do solo;
- Promover a criação de um “*Gabinete de Apoio Económico*”³⁷ para enquadrar o desenvolvimento de atividades de autoemprego, como a apresentação de propostas para a constituição de microempresas locais, até à operacionalização de uma “*Bolsa de Projetos*” e à prestação de apoio informativo a médios ou grandes investidores, apoios que, no limite da concretização dos projetos se corporizarão nomeadamente no encaminhamento dos interessados para os respetivos serviços públicos licenciadores;
- Incentivar o comércio local a divulgar os produtos tradicionais e a atividade artesanal local;

³⁷ (pp. 59) Plano Estratégico do Concelho de Constância (PECC) 2020.

- Desenvolver junto do tecido empresarial ações de sensibilização demonstrativas da importância da inovação e certificação de produtos;
- Promover de forma integrada o conjunto dos recursos históricos, culturais e ambientais, abrangendo toda a fileira de produtos turísticos que singularizam a identidade do concelho³⁸;
- Estruturar o turismo náutico em que as praias fluviais tem papel importante, mas em que importa associar a vocação banhar aos desportos náuticos, para os quais existem já estruturas criadas³⁹.

GOVERNANÇA

- Sensibilização para a importância da utilização das novas tecnologias, criando condições adequadas, de grande visibilidade e de fácil e frequente acesso pelos cidadãos, visando a mobilização da sociedade civil para o desenvolvimento e aproveitamento das oportunidades que coloca a sociedade da informação⁴⁰;
- Fomento da cidadania e da participação pública a nível regional e/ou local⁴¹.

³⁸ (pp. 27) Plano Estratégico do Concelho de Constância (PECC) 2020.

³⁹ (pp. 27) Plano Estratégico do Concelho de Constância (PECC) 2020.

⁴⁰ (pp. 76) Plano Estratégico do Concelho de Constância (PECC) 2020.

⁴¹ (pp. 76) Plano Estratégico do Concelho de Constância (PECC) 2020.

BIBLIOGRAFIA

Fontes bibliográficas

CMC - Câmara Municipal de Constância – *Balancete das Grandes Opções do Plano por Objetivos e Programas para o Ano de 2013* – CMC, 2014

CMC - Câmara Municipal de Constância – *Prestação de Contas 2016* – Volume I Relatório de Gestão – CMC, 2017

CMC - Câmara Municipal de Constância – *Plano Estratégico do Concelho de Constância 2020*, Relatório Final do Plano – Plural & Espaço e Desenvolvimento, 2006-2009

CMC - Câmara Municipal de Constância – *1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Constância*, Volume II – Relatório de Proposta – CMC, Julho de 2013 (alterado em Maio de 2015)

CMC - Câmara Municipal de Constância – *1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Constância*, Volume III – Regulamento - Aviso n.º 100012/2015, publicado na II Série do Diário da República a 2 de setembro de 2015 – CMC, 2015

CMC - Câmara Municipal de Constância – *Declaração Ambiental, Avaliação Ambiental Estratégica da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Constância* – TRAJECTÓRIAS - Silva A. Gomes & Duarte – Projetos e Planeamento do Território, Lda. e CMC, 2016

CMC - Câmara Municipal de Constância – *1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Constância*, Volume II – Programa de Execução – CMC, Julho de 2013 (alterado em Maio de 2015)

CMC - Câmara Municipal de Constância – *1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Constância*, Ficha de Dados Estatísticos – CMC, 2015

Legislação consultada

Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio

Links

<http://www.cm-constancia.pt>

<http://www.mediotejo.pt/>

<https://www.ine.pt>

<http://www.icnf.pt/portal>

<http://www.apambiente.pt/>

<http://www.podata.pt/>

<http://www.turismodeportugal.pt>

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt>

<http://www.dgterritorio.pt/>

<http://www.imt-ip.pt>

<http://www.altri.pt/>

Referências a fontes de dados

APA (2017) - *Página da Agência Portuguesa do Ambiente com a Base de Dados Online sobre a Qualidade do Ar*, <http://qualar.apambiente.pt/>, acedida a 28 de junho de 2017

CAIMA (2017) - *Página da empresa Altri Florestal, S.A., proprietária da CAIMA - Indústria de Celulose S.A.*, <http://en.altri.pt/pt/about/overview>, acedida a 29 de junho de 2017

DGPC (2017) - *Página da Direção-Geral do Património Cultural*, <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/>, acedida a 27 de junho de 2017

DGT (2016) - *Cartografia à escala 1:10 000 da Série Cartográfica Nacional 10k (SCN10k)*, homologada em 23 de dezembro de 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

DGT (2017) - *Página da Direção Geral do Território com a Carta de Ocupação do Solo (COS) 2007 e 2010*, <http://mapas.dgterritorio.pt/atom-dgt/downloadservice-cous.xml>,
acedida a 11 de julho de 2017

ICNF (2017) - *Página do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas*,
<http://www.icnf.pt/portal>, acedida a 19 de junho de 2017

ICNF (2017) - *Página do Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais*,
acedida a 28 de junho de 2017

INE (2017) - *Página do Instituto Nacional de Estatística*,
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE, acedida a 19 de junho de 2017

PORDATA (2017) - *Página do projeto (Base de Dados Portugal Contemporâneo) da Fundação Francisco Manuel dos Santos*, <http://www.pordata.pt/>, acedida a 19 de junho de 2017

RODOVIÁRIA DO TEJO (2017) - *Página da Rodoviária do Tejo*,
<http://www.rodotejo.pt/>, acedida a 19 de junho de 2017

SIGGESC (2017) - *Página do Sistema de Informação Geográfica de Gestão de Carreiras, sobre a responsabilidade do IMT*, <https://siggesc.imt-ip.pt/>, acedida a 27 de junho de 2017

SNIRH (2017) - *Página do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos da Agência Portuguesa do Ambiente (APA)*, <http://snirh.apambiente.pt/index.php?idMain>,
acedida a 19 de junho de 2017

TURISMO DE PORTUGAL (2017) - *Página do Turismo de Portugal com o Registo Nacional de Turismo*, <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaRegisto.aspx>,
acedida a 27 de junho de 2017